



Gomes de Matos

I Biografia

1) Reconhecido internacionalmente por seu trabalho em Linguística Aplicada e, já há algum tempo, por sua dedicação à Linguística da Paz, o senhor poderia falar, para os leitores de *DIALOGIA*, de sua trajetória como professor, docente, educador e pesquisador?

Dr. Francisco Cardoso Gomes de Matos. Professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Membro fundador e ex-Presidente da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Principal representante no Brasil da Linguística da Paz e membro do conselho científico do Instituto Brasileiro do Não-Matar. Autor dos livros 'Comunicar para o Bem: Rumo à Paz Comunicativa' (2002) e 'Pedagogia da positividade: comunicação construtiva em português' (1996).

Gomes de Matos: Comecei minha vida acadêmica em Letras: fiz Letras Anglo-Germânicas na então Universidade do Recife (hoje Universidade Federal de Pernambuco). Dois anos depois, conclui, na mesma universidade, o Bacharelado em Direito. Dois anos mais tarde, obtive o grau de mestre em Linguística, pela University of Michigan, Ann Arbor, USA. Essa foi a trajetória acadêmica inicial, de 1953 a 1960. Nesse período, ensinei inglês na rede pública e privada do Recife, no centro binacional Sociedade Cultural Brasil Estados Unidos e mantive meu curso particular de inglês. Além disso, ensinei Português para americanos, na antiga USAID, aqui na capital pernambucana. Durante o mestrado em Ann Arbor, dei aula no English Language Institute (ensinei a disciplina Pattern Practice, reflexo da Pedagogia de base estruturalista então vigente) e ajudei professores daquele Instituto a se prepararem em português, para sua vinda ao Brasil. A formação acadêmica iria ser concluída em 1973, com a obtenção de meu doutorado em Linguística Aplicada pela PUC-SP. Por que esse hiato entre o mestrado e o doutorado, vocês perguntariam. Por causa

Entrevista elaborada
e concedida a

Murilo Jardelino da Costa
Mestre em Linguística – UFPE;
Docente de Teorias Linguísticas – Uninove/FASB.
São Paulo – SP [Brasil]
murilojardelino@uninove.br

e a Prof. Dra.
Clélia Barqueta
Doutorado em Letras (Língua
e Literatura Alemã) – USP;
Adjunto I – UFPB.
João Pessoa – PB [Brasil]
cbarqueta@yahoo.com.br

de minha transferência para São Paulo em 1966, para assumir a direção do Centro de Linguística Aplicada do Instituto de Idiomas Yázigí e ensinar Linguística na PUC-SP. Minha atividade era muito intensa e de grande mobilidade: ajudei a organizar e a realizar Seminários Brasileiros de Linguística em várias capitais e participei como docente dos Institutos Interamericanos de Linguística na cidade do México (janeiro-fevereiro, 1968) e na USP (janeiro-fevereiro de 1969). Não posso deixar de lembrar que participei de dois momentos históricos da vida da ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística: plantou-se a semente no Seminário Brasileiro de Linguística no Auditório da FAFIRE, julho de 1968, e criou-se a entidade em janeiro de 1969 em São Paulo. Além disso, fui professor visitante de linguística aplicada na University of Ottawa, Canadá no verão (canadense) de 1971. Com tantas viagens e atividades, só pude realizar meu doutorado 13 anos após o mestrado. Como pesquisador, a tese de doutoramento, orientada por Maria Antonieta Alba Celani, transformou-se em livro: *Linguística Aplicada ao Ensino de Inglês*, publicado pela Editora McGraw-Hill, São Paulo, 1976. Minhas pesquisas, naquela fase paulista (1966-1979), concentraram-se em aplicações da Linguística ao Ensino de Inglês e de Português, como línguas estrangeiras. Só com meu regresso ao Recife, em 1980, teria início a fase humanizadora de minha atuação como linguista, pois a atividade como professor de línguas desaparecera: passei à docência da Linguística Aplicada no Pós-Graduação em Letras, UFPE, e a me engajar no que então seria uma Linguística da Paz embrionária. Como marco inicial de meu percurso como linguista da paz, costumo citar um verbete sobre Linguística humana, que escrevi para o Posfácio que compus para o *Dicionário de Linguística e Gramática* do saudoso J. Mattoso Câmara Jr., edição

de 1977. Ali, indago: Como os usuários de línguas podem ser mais humanizados linguisticamente e como os métodos e materiais de ensino podem ser humanizadores? Para resumir: fui professor de línguas, formador de professores (ainda continuo esta missão, no Curso de Especialização da FAFIRE), docente de Linguística Aplicada, Diretor Pedagógico nacional da Rede Yázigí e pesquisador, ligado a duas organizações internacionais: Association Internationale de Recherches sur des Methodes AudioVisuelles (AIMAV) e Association Internationale de Linguistique Appliquée (AILA) e a uma entidade de caráter regional, Programa Interamericano de Linguística y Enseñanza de Idiomas (funcionou de 1963 a 1980, sob os auspícios da Fundação Ford). Meus conhecimentos de Direito iriam contribuir de maneira significativa, na fase seguinte, quando comecei a me interessar por e me engajar em Direitos Humanos Linguísticos.

2) Que relação existe entre sua produção acadêmica e/ou prática pedagógica e a obra de Paulo Freire?

A obra de Paulo Freire, particularmente sua *Pedagogia do Oprimido* e a *Pedagogia da Autonomia*, tem sido uma influência permanente em minhas práticas pedagógicas. Significativamente, Paulo descreve e denuncia a opressão explicitando o OPRIMIDO. Costumo dar o título desse livro extraordinário como exemplo de humanização de um título. O HUMANO, a pessoa, QUEM, deveria ter lugar primacial nas pesquisas, principalmente as de natureza pedagógica. Assim, ao ler uma dissertação ou tese, costumo verificar, imediatamente, se o QUEM está explicitado. Em seu *Pedagogia da Autonomia*, Paulo exemplifica a fraseologia desumanizadora com que discrimina-

mos comunicativamente. Um exemplo: “Você sabe com quem está falando?” dito por alguém que se considera importante ao ser interpelado por um policial de trânsito em uma verificação de posse da carteira de motorista. Esse educador universal foi um dos dois homenageados do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Culturais, que tive o privilégio de coordenar, na Faculdade de Direito da UFPE em outubro de 1987 e de que resultou a Declaração de Recife (sobre Direitos Linguísticos). Fui privilegiado com palavras de incentivo de Paulo, ao saber que eu tinha feito um apelo por uma Declaração Universal de Direitos Linguísticos em 1984. Ainda sobre a Pedagogia da Autonomia, lembraria que uma das tendências mais expressivas, no humanizar-se a educação linguística, é o reconhecimento de que ao aprendiz de línguas (materna, segunda, estrangeira etc.) precisamos assegurar seu direito à autonomia, à aprendizagem autônoma ou, como dizíamos em meados do século passado: auto-didatismo.

3) O que atualmente está no centro de seu interesse de pesquisa e de divulgação?

Prioritário, em minhas pesquisas atuais é o trabalho de co-construção de uma Linguística da Paz, área emergente já identificada no Google (veja,

“O Direito de aprender a comunicar-se construtivamente, para o BEM, ainda é desconhecido em nosso sistema educacional, com poucas exceções. O direito, que deveriam ter os alunos, de serem avaliados humanizadamente, também me parece ainda estar ausente ou minimamente presente [...]”

em Português ou em inglês: Peace Linguistics). Em artigo escrito para o volume comemorativo dos 40 anos da ABRALIN, volume organizado pelo

atual Presidente Dermeval da Hora (UFPb, 2009), descrevo o caminho que estou percorrendo, a partir de uma Linguística humana (década de 70), passando por uma Linguística humanizadora (década de 80) até chegar a uma Linguística da Paz (década de 90). Exemplos desse engajamento em uma Linguística aplicada à Paz: meu livro *Comunicar para o Bem. Rumo à Paz comunicativa* (Editora Ave Maria, SP, 2002) e, em 2008, meu capítulo *Learning to communicate peacefully*, disponível na *Online Encyclopedia of Peace Education*. Como

parte desse trabalho, também venho me dedicando aos Estudos Linguísticos do Não-matar, dimensão nova em Linguística Aplicada à Paz. Para ter-se uma idéia, sugiro o acesso, no Google, a *Nonkilling Linguistics*, texto de que sou autor sênior, com a brasileira Patricia Friedrich, radicada nos EEUU.

4) Dada a repercussão de seu trabalho pioneiro em Linguística Aplicada e da Paz, de que linguistas recebeu apoio/incentivo?

Principalmente de David Crystal. Foi ele que, generosamente, mencionou meu *Plea* (1984) no Prefácio de sua best-selling *The Cambridge*

Encyclopedia of Language. No volume comemorativo dos 30 anos do Pós-Graduação em Letras da UFPE, 'O caminho se faz caminhando', organizado por Angela Paiva Dionísio, Anco Márcio Tenório Viera e Karina Falcone (Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006, ISBN 857315371-7), há uma generosa homenagem a 7 docentes-pesquisadores do referido Programa. Ali fui incluído. No texto em homenagem a este entrevistado foram transcritas mensagens enviadas por David Crystal, Robert Kaplan, Milton Azevedo, Antonieta Celani, Nelly Carvalho e Gilda M. Lins de Araújo. Transcrevo algumas das palavras generosas de David Crystal sobre meu trabalho em Linguística da Paz: "Presents peace linguistics perfectly". Kaplan disse: Francisco has been a major contributor to the evolution of the field over nearly the whole of the past 40 years. Generosamente, assim escreveu Milton Azevedo (Berkeley. Atual Presidente da AATSP – American Association of Teachers of Spanish and Portuguese): Francisco foi um magnífico exemplo para a sua geração e continua sendo-o para as que vieram depois.

5) A que organizações brasileiras esteve/está ligado e há quanto tempo mantém relações com essas instituições?

- Nacionais

ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística. Fundada em 1969. Sou co-fundador e um de seus ex-Presidentes. ALAB – Associação de Linguística Aplicada do Brasil. Fundada em 1990. Co-fundador. SIPLE – Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira. Co-fundador. 2001. ABA – Associação Brasil América, Recife (www.abaweb.org). Co-fundador e atual Presidente do Conselho Deliberativo. Fundada em 1998. Mantém

uma Escola bilíngue infantil, MAPLE BEAR, que adota um sistema de ensino canadense adaptado para nosso contexto.

- Internacionais

AIMAV – Associação Internacional de Pesquisas sobre a Comunicação Intercultural (anteriormente: de Pesquisas sobre Métodos Audio-Visuais). Fundada em 1965, em Bruxelas, Bélgica. Fui Vice-Presidente de 1972 a 1978. AILA – Associação Internacional de Linguística Aplicada. Fundada em 1964, em Nancy, França. Fui membro de seu Bureau, de 1969 a 1980. TESOL – Teachers of English to Speakers of Other Languages. Fundada em 1966, Washington, D.C. Sou membro desde 1969. Também estou ligado à TESOL – Pernambuco. IRA – International Reading Association, sediada em Newark, Delaware, EEUU. Fui membro do Comitê Latino Americano no início da década de 90.

II Direitos Humanos

6) Como o senhor avalia, 60 anos depois, os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos?

Muito desafiadora, sua pergunta, pois me pede uma apreciação do progresso dos Direitos Humanos. Não tenho competência para isso: cabe aos pesquisadores em Direito Internacional fazer uma avaliação abrangente. Como estudioso de Direitos Humanos Linguísticos, posso dizer que os avanços têm sido significativos, particularmente desde a proclamação, em Barcelona, da Declaración Universal de Derechos Linguísticos em 6 de junho de 1996. Esse texto está disponível em português. Acrescentaria que, graças ao pioneirismo de pes-

quisadores de vários países, os Direitos Humanos linguísticos continuam a se desenvolver e a atrair a atenção de estudiosos de diversas áreas, inclusive da Pedagogia de Línguas. Nesse particular, destaca-se o trabalho da FIPLV, *Fédération Internationale des Professeurs de Langues Vivantes*. Recomendo a leitura do volume *Language Teaching: a Worldwide Perspective. Celebrating 75 years of FIPLV*, organizado por Denis Cunningham, Reinhold Freudenstein e Cecília Odé, publicado pela FIPLV, Belgrave, Australia, 2006. O capítulo *FIPLV and Language Rights*, de Denis Cunningham pode ser muito elucidativo de como uma organização internacional que reúne associações de professores de línguas prega e pratica os Direitos lingüís-

ticos individuais. Lembro que foi no Boletim da FIPLV – *FIPLV World News*- de abril de 1984 que se publicou meu apelo ‘A plea for a language rights declaration’. Direitos Humanos aplicados ao Ensino de línguas é uma área de investigação muito promissora. Aos pesquisadores atuais e em formação, sugiro a consulta a meu capítulo *Second language learners` rights*, no volume *Portraits of the L2 user*, organizado pela linguísta britânica Vivian Cook. Edição da *Multilingual Matters*, 2002. Na Internet, recomendo a consulta a *Language Learners Rights* do saudoso colega argentino-canadense Hector Hammerley. Em suma, embora não me considere capacitado para fazer uma avaliação do progresso dos Direitos Humanos, considerando-se o surgimento de vários direitos emergentes (dentre os quais os direitos da Mulher, o Direito ao desenvolvimento, o

Direito à Segurança humana, o Direito Ambiental, o Direito à Vida e, acrescentaríamos, o Direito à Educação Linguística Pacífica ou do Não-Matar), notável vem sendo o avanço moral da Humanidade, mas muitíssimo resta a fazer para que os Direitos Humanos sejam, acima de tudo, Humanizadores.

“Prefiro dizer que gostaria de ver Direitos Linguísticos incorporados à formação de TODOS os professores de línguas e , por que não, de professores de TODAS as disciplinas.”

7) Ao contrário da Cultura da Paz, a cultura da violência encontra espaço recorrentemente nos meios de comunicação de massa. O senhor acredita que a mídia pode auxiliar na conscientização da sociedade para os Direitos Humanos?

Questão importantíssima. Considero um dever, uma responsabilidade da mídia contribuir para a humaniza-

ção das pessoas, dos grupos, das comunidades. Para isso, nós que atuamos em Linguística da Paz, precisamos demonstrar, aos especialistas nos multimeios mais diversos, como se pode aplicar a Paz comunicativa, na Internet, na televisão, no jornalismo impresso, na radiodifusão etc. No capítulo ‘Nonkilling linguistics’ (disponível no Google), Friedrich e eu chamamos a atenção para o uso crescente de títulos violentos em filmes, tanto na língua original quanto traduzidos e conclamamos os criadores de produções cinematográficas a atuarem para o Bem da Sociedade. A conscientização da Sociedade para os Direitos Humanos deve partir da Mídia e, claro, dos Sistemas educacionais. Um exemplo desta última: a Universidade Federal de Pernambuco, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara (sediada no Centro de Artes e Comunicação,

sob a coordenação da Profa. Dra. Gilda Maria Lins de Araújo), oferece semestralmente a disciplina Educar para os Direitos Humanos. Ali, especialistas nas mais diversas categorias de Direitos humanos (tanto os estabelecidos quando emergentes) partilham seus saberes teóricos e aplicativos com alunos provenientes da universidade e de fora desta. Desde a criação dessa disciplina inovadora, há 10 anos, venho sendo responsável por Direitos Linguísticos.

III Direitos Linguísticos

8) Como participou do projeto de uma Declaração Universal de Direitos Linguísticos ?

Diria que minha contribuição foi indireta, pois não integrei a Comissão que se reuniu em Barcelona e da qual resultou texto da DUDL, hoje disponível em várias línguas, inclusive o Português. Assim, contribuí com meu apelo, em inglês, em favor de uma DUDH: A Plea for a Language Rights Declaration, publicado no boletim FIPLV World News, April 1984, edição copatrocinada pelo ALSED Programme da UNESCO. Em 1987, coordenei o Seminário de Direitos Humanos e Direitos Culturais, na Faculdade de Direito da UFPE, do qual resultou a ‘Recife Declaration’ – ‘Déclaration de Recife’ – ‘Declaração de Recife’ (sobre Direitos Linguísticos, mas como essa categoria de Direitos Humanos ainda estava embrionária, a UNESCO não autorizou o uso dessa expressão no título do evento). De 1985 a 1999 escrevi uma série de artigos, em inglês, sobre Direitos Linguísticos de aprendizes e professores de línguas. Assim, divulguei o conceito de Direitos linguísticos entre educadores. No Prefácio à sua *The Cambridge Encyclopedia of Language*, o linguista britânico David Crystal faz

menção a meu Plea de 1984 e dedica sua inovadora enciclopédia aos Direitos Linguísticos das pessoas. Talvez em consequência de meu trabalho em favor dos Direitos Linguísticos, fui convidado a integrar a Comisión de Seguimiento da DUDL. Assim, sempre que posso, divulgo a Declaração Universal, para que seja debatida nos mais diversos fóruns e seja, finalmente, acolhida e reconhecida pela ONU.

9) Os Direitos Linguísticos são respeitados no Brasil?

Responder essa pergunta pressupõe um levantamento crítico das aplicações dos Direitos Linguísticos nos mais diversos setores profissionais, desafio que caberá aos pesquisadores da área da Linguística, da Análise do Discurso, da Comunicação, da Educação etc., principalmente sob forma de dissertações e teses. Minha experiência tem convergido para Direitos Linguísticos de professores de português (língua materna e estrangeira) e de línguas estrangeiras, principalmente do inglês e do espanhol. Pelo que tenho aprendido nos muitos convívios com professores de português língua materna (atuantes nas redes pública e privada, aqui no Recife), os direitos linguísticos dos alunos não estariam sendo respeitados como seria desejável, numa filosofia pedagógica humanizadora. Assim, os direitos de OUVIR e de SER OUVIDO(A), em sala de aula, não estaria sendo praticado. O Direito de aprender a comunicar-se construtivamente, para o BEM, ainda é desconhecido em nosso sistema educacional, com poucas exceções. O direito, que deveriam ter os alunos, de serem avaliados humanizadamente, também me parece ainda estar ausente ou minimamente presente, mas generalizar sobre isso é arriscado. Prefiro dizer que gostaria de ver Direitos

Linguísticos incorporados à formação de TODOS os professores de línguas e , por que não, de professores de TODAS as disciplinas.

10) Os Direitos Linguísticos são levados em consideração nas políticas educacionais brasileiras?

Por exemplo, esses direitos foram considerados por ocasião da elaboração dos PCNs?

Sua pergunta me faz muito feliz, porque a resposta é SIM, pelo menos no que concerne ao volume Línguas Estrangeiras, PCN, 5a à 8a séries, 1998. Nas Considerações Preliminares (p.19), lê-se: Primordialmente, objetiva-se restaurar o papel da Língua Estrangeira na formação educacional. A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão, conforme o expresso na Lei de Diretrizes e Bases e na Declaração

Universal de Direitos Linguísticos. Assim, a Escola não pode mais se omitir em relação a esta aprendizagem. Esclareço que esse posicionamento dos autores do volume, Maria Antonieta Alba Celani e Luiz Paulo da Moita Lopes, foi endossado pelos Consultores Hilário Bohn, Maria Aurora Consuelo

Alfaro Tenório e este entrevistado. Lembraria, a propósito do volume supracitado que seus autores “recomendam ao professor o reconhecimento e a aplicação dos direitos linguísticos dos aprendizes, a fim de que a convivência em sala de aula possa refletir uma democracia comunicativa” (p. 62).

“Pedagogia da Positividade é uma proposta, uma contribuição modesta à Tradição Pedagógica Brasileira. Centrada no conceito-chave de POSITIVIDADE COMUNICATIVA, objetiva provocar reflexões dos usuários em geral e dos educadores linguísticos em particular, sobre as responsabilidades que nós poderíamos exercer e cultivar como USUÁRIOS positivos, construtivos, humanizadores do Português.”

11) O senhor concorda que as brasileiras e os brasileiros possuem baixa auto-estima linguística?

Esta pergunta pressupõe um conjunto de pesquisas, algo a ser realizado em espírito interdisciplinar, pois envolve as dimensões linguística, psicológica, social, política, educacional etc. Tendo sido professor de línguas (inglês e português), posso refletir um pouco sobre a auto-imagem dos alunos, indo além, sua auto-estima linguística. Uma coisa que percebi, em alguns alunos, era sua baixa confiança como usuário do Português escrito. Embutida nessa confiança mínima estão a

auto-confiança lexical, gramatical, argumentativa... Em meu livro Comunicar para o Bem, partilho umas reflexões e provocaÇÕES (veja que maiusculei AÇÕES) para usar a palavra positivamente, (geradora de AÇÕES) sobre a necessidade de sermos gramaticalmente confiantes.

12) Alguns veículos de comunicação lançaram fascículos, organizados por gramáticos normativistas, sobre a reforma ortográfica. Nos exemplos, os falantes de variedades estigmatizadas da língua eram tratados como “burros” e outros adjetivos afins. O que o senhor acha desse tipo de linguagem em relação aos falantes?

Essas maneiras de rotular o próximo linguístico são deploráveis, desumanizadoras, injustas. Constituem violações do direito linguístico individual. Essas pessoas que avaliam o desempenho comunicativo dos outros precisariam ser reeducadas à luz dos Direitos humanos linguísticos, da justiça e da paz comunicativa. Missão desafiadora para formadores de professores, autores de livros didáticos (aqui incluindo-se gramáticas, manuais de estilo, etc.).

IV Pedagogia da Positividade e Linguística da Paz

13) Em que consiste a Pedagogia da Positividade?

Pedagogia da Positividade é uma proposta, uma contribuição modesta à Tradição Pedagógica Brasileira. Centrada no conceito-chave de POSITIVIDADE COMUNICATIVA, objetiva provocar reflexões dos usuários em geral e dos educadores linguísticos em particular, sobre as responsabilidades que nós poderíamos exercer e cultivar como USUÁRIOS positivos, construtivos, humanizadores do Português. Em meu livro Pedagogia da Positividade, convido o(a) leitor(a) a refletir e a construir questionamentos sobre os modos de perceber: nosso próximo linguístico, a

língua portuguesa e os outros idiomas, o processo alfabetizatório ou de lectoescrita (letramento, se você preferir essa variante lexical), a cultura brasileira, a aposentadoria (e a terceira idade), a política, a televisão etc. Após aprender muito com os pensamentos e as práticas de grandes construtores da Pedagogia entre nós e no exterior, decidi, atrevidamente, propor uma Pedagogia centrada na Positividade. Lembro que a Psicologia Positiva ou da Positividade só viria a surgir dois anos depois da Pedagogia da Positividade, i.e., em 1998, com um movimento lançado nos EEUU.

14) Quando e como surgiu a Nonkilling Linguistic? Qual é a receptividade acadêmica em relação a esse campo da Linguística no Brasil? Que outros linguistas, além do senhor, trabalham nessa área? Há dissertações de mestrado e teses de doutorado acerca desse tema?

Uma Linguística do Não-Matar (ing. Nonkilling linguistics) surgiu em 2008, como um conjunto de reflexões, partilhado por dois linguistas brasileiros: Patrícia Friedrich (radicada nos EEUU) e este entrevistado. Essas idéias, esses insights e aplicações foram traduzidos em um capítulo, em inglês, Nonkilling Linguistics, para o volume Toward a Nonkilling Paradigm, organizado por Glenn D. Paige e Joám Evans Pim, a ser lançado este ano, pelo Center for Global Nonkilling, sediado em Honolulu, Havaí. A proposta de Paige é a de que uma Sociedade Humana do Não-matar é possível. Em seu livro Toward a Global Nonkilling Political Science, ele argumenta, com evidências diversas, em favor do Não-matar e conclama os pesquisadores do mundo a contribuírem para uma percepção de um mundo em que se honre o Direito de

não ser morto e em que se cumpra a responsabilidade do Não-matar. Um linguista que partilha dos princípios de uma Linguística do não-matar é David Crystal, um dos pioneiros em Linguística da Paz. Breve, deverão surgir trabalhos de pesquisa entre nós, sobre essa maneira de humanizar a Linguística para o Bem comunicativo da Humanidade.

- 15) Em seu repertório de técnicas promotoras da Paz Comunicativa, qual a mais produtiva, de maior rentabilidade pedagógica?

Acho que seria a técnica Trelí, em inglês chamada Thril (threefold repetition of the initial letter). Aliteração a serviço da comunicação pacífica. Tenho desafiado grupos diversos (alunos e professores de Letras e de outras áreas, policiais militares no Curso de Policiamento Comunitário, profissionais de áreas técnico-científicas) a criarem aliterações que traduzam suas cosmovisões atuais e futuras. Os resultados são surpreendentes. Uma vez um soldado, ao ser desafiado a produzir um pensamento aliterativamente, disse: ZZZ = Zelemos pelas zebras do zoológico. Essa aliteração tem um significado profundo: Amemos os animais, como teria dito São Francisco de Assis. Uso aliterações (e recomendo sua aplicação em minhas oficinas pedagógicas e palestras) para a maioria de minhas atividades cognitivas: resumo de livros acadêmicos, palestras, reuniões; planejamento de aulas etc. Uma técnica com mil e uma utilidades.

“[...] humanizar a fala e a escrita (ou o uso de língua de sinais) do professor pressupõe prepará-lo(a) para ser um(a) usuário humanizadoramente exemplar de sua disciplina escolar.”

- 16) Sabemos que também atua, pioneiramente no Brasil, em *Criatividade no Ensino de Inglês*. Quais suas iniciativas mais criativas, como linguista aplicado?

Faço uma listinha, cronológica:

1. Meu apelo internacional em favor de uma Declaração Universal de Direitos Linguísticos (1984);
2. A cunhagem do termo Communicative Peace (1993), como um aprofundamento de Communicative Competence (Dell Hymes);
3. Minha cunhagem do termo Humanizer (Humanizador) no início da última década do século passado. O artigo Are you a Humanizer? Está no Google. Humanizador é o ser humano imbuído dos ideais de Direitos Humanos, justiça, paz e dignidade e que os aplica em seu dia-a-dia, em sua atividade profissional;
4. A formulação de um novo Direito Humano Comunicativo Fundamental: o Direito que toda pessoa deveria ter de aprender a comunicar-se pacificamente, para o bem da Humanidade (a partir de 2005. Está acessável no texto Nonkilling Linguistics, disponível no Google);
5. O conceito de CREactivities / CRIatividades em meu livro

Criatividade no Ensino de Inglês, publicado pela DISAL em 2004. Rompi com a tradição de chamar lição, capítulo, unidade;

6. O uso da aliteração, como base para minha técnica TRELI (tríplice repetição de uma letra inicial em uma mensagem memorizável e memorável). Exemplo: P P P = Promovamos a paz planetária. A A A = Apliquemos uma argumentação amistosa.

17) Como humanizar a fala do professor em sala de aula?

Essa é uma pergunta-chave, para quem se dispõe a trabalhar por uma Paz comunicativa em sala de aula. Em síntese, humanizar a fala e a escrita (ou o uso de língua de sinais) do professor pressupõe prepará-lo(a) para ser um(a) usuária humanizadamente exemplar de sua disciplina escolar. Como? Por meio do cultivo de estratégias diversas, dentre as quais: priorização de um vocabulário e de fraseologias humanizadoras. Chamo de POSITIVADORES os elementos lexicais (substantivos, adjetivos, verbos) cujo uso podem contribuir para fazer o BEM comunicativamente, nas interações falada, escrita (e por meio de línguas de sinais). Esse humanizar pressupõe um conhecimento, um auto-monitoramento dos nossos modos de interagir com os alunos e com nossos colegas de profissão, buscando, acima de tudo comunicar para o BEM. Para isso, necessitamos de Programas de Formação que incluam noções de Direitos linguísticos diversos: direitos semânticos, direitos gramaticais, direitos fonético-

fonológicos, direitos discursivos dos usuários, para citar algumas categorias à espera de aplicação educacional.

18) Como efetivar a formação de professores de acordo com os parâmetros das Declarações Universais dos Direitos Humanos e dos Direitos Linguísticos?

A resposta exigiria a criação de um livro sobre essa problemática. As idéias e as práticas que venho compartilhando, em meus escritos em português e em inglês poderiam constituir uma contribuiçãozinha para isso. O papel dos pesquisadores-humanizadores em nossos Programas de Pós-Graduação será decisivo, nesse sentido. Concluo, desejando a vocês, entrevistadores, e a você, leitor ou leitora, MUITA PAZ COMUNICATIVA para você e os seus.

Dialogia: Professor Gomes de Matos, muito obrigado por essa entrevista!

Referências

MATOS, Francisco Gomes de. *Pedagogia da positividade: comunicação construtiva em português*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. Campinas – SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

SILVA, Fábio Lopes da & MOURA, Heronides Maurílio de Melo (orgs.). *O direito à fala: a questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Insular, 2000.